

Notas Técnicas Ambientais



Informativo produzido pelo Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente da FIEPE
Nº 01 | Ano III Jan-Mar/10

A importância do investimento ambiental integrado e sustentável

Carolina Cabral Murphy*

No Brasil, várias empresas e seus investidores estão perdendo oportunidades de mensurar os impactos em potencial das mudanças climáticas sobre os preços das suas ações na Bolsa de Valores. Em vários casos, estão perdendo oportunidades para criar uma vantagem competitiva e sair na frente da própria concorrência, pois ao adotar medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, um empresário passa a ter uma fonte de receita fixa e líquida no médio e longo prazo.

Nos Estados Unidos, a agência de proteção ambiental (EPA) inseriu em sua lista de poluidores os seis principais gases de efeito estufa (dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), nitrito de óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonetos (HFC), perfluorcarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆)). E explicou que "estes resultados não vão impor qualquer tipo de requerimentos sobre a indústria e outras entidades". No entanto, essa ação é um pré-requisito para finalizar a proposta das normas de emissão de gases com efeito estufa da EPA para veículos. É uma questão de tempo para legislações e regras semelhantes surgirem na América Latina e no Brasil.

O resultado desse cenário é uma leva de investidores institucionais e fundos internacionais, cuja visão holística de médio prazo está em busca de oportunidades concretas de investimentos pós COP15 e pós crise de crédito de 2008. No Brasil, em 2009, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA, tinha 32 empresas listadas, com valor de mercado de R\$ 927 bilhões - o que correspondia a cerca de 39% da capitalização da Bolsa. Atualmente, o Índice é composto por apenas 30 empresas e sofreu uma redução de valor de mercado para R\$ 374,2 bilhões. A desaceleração pode ser explicada pelo relatório intitulado: "Gerenciando o inevitável: implicações de investimento de um clima em mudança", produzido com base em uma pesquisa dos quatro maiores investidores institucionais do Reino Unido.

Esses investidores identificaram que a maioria das empresas de médio e pequeno porte estão se concentrando em acessar os riscos de eventos climáticos extremos, ao invés de examinar os custos em comparação às oportunidades de lucro relacionadas às mudanças climáticas. A grande parte do empresariado brasileiro ainda está cauteloso em relação a tais procedimentos de adesão aos mecanismos de quotas por causa da

Notas Técnicas Ambientais

FIEPE SESI

meio ambiente

preocupação com os custos fixos iniciais. O relatório também ressalta o fato de que muitos investidores e empresas estão prestando atenção para os perigos dos riscos como inundações, o aumento das marés, eficiência energética, declínio da disponibilização de aquíferos subterrâneos de forma desproporcional.

É justamente a escassez de recursos que sempre foi capaz de criar as novas oportunidades de mercado, por meio de grandes mudanças criativas. Um gestor que conhece bem o leque de ativos e produtos da sua empresa tem de se engajar com consultores estratégicos para desenhar soluções e transformar os desafios do problema climático.

Os empresários precisam ter uma atenção maior para os cálculos que afetam as suas decisões de investimento no curto e médio prazo. Ao traçar os riscos reais que o impacto ambiental representa, um bom gestor analisa os riscos e custos fixos relacionados com a adaptação de cada unidade de produção. Em segundo lugar, encoraja os gerentes das suas cadeias de negócios a fazer o mesmo e cria mecanismos de incentivo para que os seus gestores de ativos passem a gerir esses riscos e custos fixos de forma mais eficaz buscando rebates e sistema de troca.

Cada gestor deve estar atento ao nível "micro", envolvendo os fluxos financeiros e de bens capitais; aos modelos de negócios específicos no nível "meso", e também as estratégias, visão e governança geral dos negócios no nível "macro". Cabe aos investidores, desempenhar um papel mais ativo nos debates de política pública para o longo prazo sobre a adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Assim, as sinergias entre o setor público, privado, investidores individuais e clientes não será alienada do curto para o longo prazo.

Em pleno século 21, no auge da era das tecnologias de comunicação e às margens de uma nova revolução de tecnologias limpas, o ser humano está finalmente cercado não só dos meios, como das informações mais sofisticadas, como também das soluções tecnológicas necessárias para a criação de novas ferramentas de mitigação e adaptação. O que falta é poder de execução e o uso do bom senso para que as empresas se adaptem a esse novo modelo de negócios de investimento ambiental integrado.

*Carolina Cabral Murphy é pesquisadora da Columbia University e fundadora da MicroEmpowering.Org com sede em Nova York (EUA)